



ACÓRDÃO Nº1451/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11727/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Michele Adriane Pimentel Afonso (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5029/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator em substituição:** Auditor Alípio Reis do Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA LESTE. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação. Ciência. Arquivamento.*

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Alípio Reis Firmo Filho, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar regular com ressalvas** as contas anuais do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste, referentes ao exercício de 2020, sob a responsabilidade da **Sra. Michele Adriane Pimentel Afonso**, em razão das restrições apontadas pela Comissão de Inspeção, e não totalmente sanadas, ressalvando-se ainda, que nenhuma das restrições tem, diretamente, potencial lesivo ao Erário, com fundamento no art. 22, II e da Lei nº 2423/96;
- 11.2. **Dar quitação à Sra. Michele Adriane Pimentel Afonso**, de conformidade com os arts. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 02/2002 TCE-AM;
- 11.3. **Determinar** à origem, nos termos do Art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM, no sentido de:

10.3.1. Que nos próximos exercícios, aproprie ao



ACÓRDÃO Nº1451/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

resultado de um período, o desgaste do seu Ativo Imobilizado ou Intangível, por meio do registro da variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão, obedecendo ao princípio da competência;

10.3.2. Manter esforços para que os “pagamentos de indenizatórios” não mais sejam realizados como regra de contraprestação das empresas prestadoras de serviço ou fornecedoras de produtos, para a administração na Unidade de Saúde;

11.4. Dar ciência sobre o teor desta decisão à **Sra. Michele Adriane Pimentel Afonso**, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

11.5. Arquivar o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

12- Ata: 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 30 de agosto de 2022.

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

14.1. Auditor presente e Relator, em substituição: Alípio Reis do Fermo Filho.

15- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS DO FIRMO FILHO
Auditor-Relator, em substituição

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral